



RESOLUÇÃO

STAL NA RUA contra o empobrecimento

Aumentar os Salários em 90 €, Corrigir a TRU, Aumentar o Subsídio de Refeição para 7,50 €, Valorizar as Carreiras, Erradicar a Precariedade, Revogar o SIADAP, Garantir e respeitar o direito à negociação e contratação colectiva, Reforçar os Serviços Públicos.

É tempo de reivindicar e lutar!

A proposta de Orçamento do Estado para 2022 aprovada na Assembleia da República, não dá, mais uma vez, resposta aos problemas que afectam há muitos anos e de forma grave os trabalhadores, o que significa que as injustiças e as desigualdades continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se.

Conhecidos os dados da inflação em Maio, é o valor homólogo mais elevado desde Fevereiro de 1993, apresentando um aumento dos preços nos bens essenciais de 8%. Mas a manter-se o mesmo ritmo de aceleração desde Janeiro deste ano, poderemos então ter uma situação de completo descontrolo dos níveis de inflação no nosso País, podendo equiparar-se aos níveis registados nos anos 80 e início dos anos 90.

Sem desvalorizar os pequenos avanços, muito insuficientes, a partir de 2016, o primeiro ano completo da governação de António Costa e do Partido Socialista, incluindo as progressões remuneratórias, os aumentos do SMN e os míseros aumentos de 0,3% e de 0,9%, sempre com muita luta, a verdade é que os salários da Administração Pública chegam a 2022 com uma perda de poder de compra, acumulada desde 2016, de 6,2 %.

Desrespeitando a promessa de aumento de 1% em 2021 e de reposição do poder de compra perdido no ano anterior, o Governo PS impôs a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo, com o aumento de 0,9 % em 2022. Este mísero aumento, num cenário de forte aumento dos preços, acumula com 14,7 % de perda de poder de compra na última década.

Este é, pois, mais um orçamento que não assegura a urgente e indispensável valorização do trabalho e dos trabalhadores, o reforço e a qualidade dos serviços públicos, o investimento público e o desenvolvimento do País, continuando submetido ao chavão das “contas certas”, ou seja, ao cumprimento das metas do défice, da dívida e às imposições da União Europeia, mesmo quando a regra que impõe essa obrigação está congelada. Perante a profunda crise económica e social que se instala, o Governo PS, com esta escolha, não podia ser mais claro persistindo assim em assegurar a continuidade da política de direita, em desprezar a negociação colectiva e as justas reivindicações apresentadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores.

É assim em relação às carreiras, que o governo PS se recusa a rever, cuja polivalência e desqualificação provocará mais insatisfação, desmotivação e injustiças, tornando mais difícil reter e atrair trabalhadores.

É também assim no que concerne ao SIADAP, cuja promessa de revisão, apesar de a mesma não passar de uma mera operação de propaganda, não chegou a ver a luz do dia, continuando em vigor um instrumento que não visa avaliar, mas conter os salários e condenar eternamente os trabalhadores a baixos salários, idêntico objectivo preside à recusa de correcção da Tabela Remuneratória Única.

É assim no que diz respeito ao actual e muito limitado suplemento de penosidade e insalubridade, que não reconhece o risco laboral, exclui muitas profissões, assim como as devidas compensações pela prestação de trabalho em condições de insalubridade, penosidade e risco, designadamente, a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma.

É assim na ausência de regulamentação de outros suplementos, como o de disponibilidade, e na indemnização de acidentes por trabalho, cujo esbulho permanece com a proibição da acumulação com os salários dos trabalhadores sinistrados.

É assim ainda na falta de medidas efectivas de combate ao flagelo da precariedade, agravando-se a sua dimensão após o PREVPAP, bem como as mais diversas e perversas formas de aprofundar a exploração e o trabalho sem direitos.

É assim ainda com a transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, e ainda que o estivessem, com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social, comportam na garantia de acesso igualitário das populações a direitos que são estruturantes.

Num quadro marcado pela maioria absoluta do PS, e em que os diversos partidos da direita parlamentar competem para saber qual deles consegue ser o melhor intérprete das políticas neoliberais que desvalorizam os serviços públicos e pretendem esvaziar o Estado, a acção e a luta reivindicativas ganham ainda maior importância para a resolução dos problemas e para garantirmos a satisfação das reivindicações:

- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores;
- Aumento real dos salários, com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros;
- Actualização do subsídio de refeição para 7,50 euros;
- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais;
- Correção da Tabela Salarial (TRU);
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar;
- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as actividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;

- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário;
- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo;
- Pelo direito à Contratação Colectiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços públicos;
- Pelo cumprimento do ACT em vigor com o grupo “Águas de Portugal” e o direito de negociação colectiva de um IRCT com o grupo “EGF / Mota-Engil”;
- Erradicação de todas as formas de precariedade;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;
- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.

A concretização, certamente negociada e progressiva destas propostas, é indispensável à construção da vida digna a que temos direito. Mas a realidade é que nenhuma delas encontra respostas na proposta aprovada do OE 2022, que está muito longe do que é necessário e se exige para melhorar de forma significativa as condições de trabalho e de vida. Perante isto, os trabalhadores não irão resignar-se e a resposta só pode ser a intensificação e o endurecimento da luta para que as suas justíssimas reivindicações sejam contempladas.

Conscientes da grave e complexa situação que enfrentam, os trabalhadores da Administração Local e Regional, junto com o seu Sindicato, o STAL, irão prosseguir a Luta nos meses de Junho e Julho, exigindo a reposição do poder de compra perdido e o imediato aumento extraordinário dos salários, com a dinamização de acções de rua em todo o País, dando voz aos trabalhadores há 13 anos a aguardar por actualização salarial, pela sua valorização profissional e melhores condições de vida e de trabalho.

A Direcção Nacional do STAL, reunida em Lisboa em 8 de Junho de 2022, numa clara afirmação da luta que continuará a travar pela dignificação do trabalho e dos trabalhadores, decide:

- Desenvolver a iniciativa “STAL NA RUA !”, convocando todos os activistas sindicais nos meses de Junho e seguintes, na intensificação da acção sindical de presença, esclarecimento e mobilização nos locais de trabalho, com concentrações, desfiles e plenários na rua, para reivindicar

respostas concretas a problemas locais, em torno dos cadernos reivindicativos, à aplicação abrangente do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, ao respeito pela contratação colectiva, pelos horários de trabalho, pelas condições de trabalho, entre outras exigências;

- Realizar uma Concentração Nacional de Activistas no próximo dia 1 de Julho, entre as 10 e 12 horas, frente ao Ministério das Finanças;
- Apelar à mobilização e participação na Acção de Luta Nacional convergente, convocada pela CGTP, “Pelo Aumento dos Salários e das Pensões, contra o aumento do custo de vida e o ataque aos direitos” e na Manifestação Nacional em Lisboa no dia 7 de Julho, com concentração às 15 horas no Marquês de Pombal e desfile para a Assembleia da República;
- Apelar à mobilização e participação no Desfile Pela Paz, agendado para os dias 25 (em Lisboa) e 29 de Junho (no Porto).

Com determinação e confiança vamos à luta!

Lisboa, 8 de Junho de 2022,

A Direcção Nacional do STAL